



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA:

928489 - 6/2026

CONTRATANTE (UASG)

FEMBOM / PREF. MUN. DE RIO VERDE (928489)

OBJETO

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de venda, manutenção e recarga de extintores, por meio de Dispensa Eletrônica, atendendo necessidades do FEMBOM/Rio Verde, conforme condições, quantidade e descrição estabelecidos no Aviso de Dispensa Eletrônica, Termo de Referência e demais anexos.

DATA

26/03/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 8h00min até às 14h00min

PREFERÊNCIA

ME/EPP/EQUIPARADASSIM



**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 928489 - 6/2026
(Processo Administrativo nº 13691/2026)**

Torna-se público que o Fundo Especial Municipal para o Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás/Prefeitura Municipal de Rio Verde – FEMBOM/Rio verde, por meio de sua Sessão de Compras e Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 806 de 30 de março de 2023 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 26/03/2026

Link: compras.gov.br

Horário da Fase de Lances: 08h00min às 14h:00min

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de venda, manutenção e recarga de extintores, por meio de Dispensa Eletrônica, atendendo necessidades do FEMBOM/Rio Verde, conforme condições, quantidade e descrição estabelecidos no Aviso de Dispensa Eletrônica, Termo de Referência e demais anexos.

1.1. A contratação será por item, conforme tabela abaixo:

grupo	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
	01	Recarga de extintor de 6kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 3A20BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	4
	02	Recarga de extintor de 6kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 2A20BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	3
	03	Recarga de extintor de 6kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 20BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	6
	04	Recarga de extintor de 4kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 20BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	2
	05	Recarga de extintor de 4kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 2A20BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações	12



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

	quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	
06	Recarga de extintor de 12kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 40BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	1
07	Recarga de extintor de 6kg de (dióxido de carbono) CO2 com capacidade extintora de 5BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	4
08	Recarga de extintor de 4,5kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 4A40BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	1
09	Recarga de extintor de 12kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 6A40BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	1
10	Recarga de extintor de 8kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 30BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	1
11	Recarga de extintor de 8kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 3A40BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	1
12	Teste hidrostático em vasilhame de extintor de incêndio, incluindo desmontagem, limpeza interna, inspeção visual, ensaio hidrostático com pressão de prova, secagem, remontagem, pintura corretiva quando necessário, gravação ou etiqueta de identificação do ensaio, emissão de certificado e selo de conformidade, em conformidade com as normas abnt nbr 12962 e nbr 15808, com empresa certificada pelo inmetro.	25
13	Extintor veicular de 0,9 kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 1A5BC, novo, com garantia de 5 anos da data de aquisição.	10
14	Extintor veicular de 2 kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 2A10BC, novo, com garantia de 5 anos da data de aquisição.	4
15	Extintor de incêndio de 4 kg de pó químico seco (pq), tipo portátil, pressurizado, com capacidade extintora mínima de 2a:20b:c, com válvula em metal, manômetro, suporte para fixação, lacre e selo de conformidade do inmetro, fabricado e certificado em	6



FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE FEMBOM/RIO VERDE

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

	conformidade com as normas abnt nbr 15808 e nbr 12962, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega, para a carga de pó, e 05 (cinco) anos para o vasilhame.	
16	Extintor de incêndio de 6 kg de dióxido de carbono (CO ₂), tipo portátil, pressurizado, com capacidade extintora mínima de 5b:c, com válvula em metal, suporte para fixação, lacre e selo de conformidade do inmetro, fabricado e certificado em conformidade com as normas abnt nbr 15808 e nbr 12962, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega, para a carga de CO ₂ , e 05 (cinco) anos para o vasilhame	1
17	Extintor de incêndio de 6 kg de pó químico seco (pq), tipo portátil, pressurizado, com capacidade extintora mínima de 20b:c, com válvula em metal, manômetro, suporte para fixação, lacre e selo de conformidade do inmetro, fabricado e certificado em conformidade com as normas abnt nbr 15808 e nbr 12962, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega, para a carga de pó, e 05 (cinco) anos para o vasilhame.	3
18	Extintor de incêndio de 10 litros de água, tipo portátil, pressurizado, com capacidade extintora mínima de 20b:c, com válvula em metal, manômetro, suporte para fixação, lacre e selo de conformidade do inmetro, fabricado e certificado em conformidade com as normas abnt nbr 15808 e nbr 12962, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega, para a carga de pó, e 05 (cinco) anos para o vasilhame.	1
19	Suporte para instalação de extintor veicular de 0,9 kg, em aço ou material equivalente, com trava de segurança, pintura anticorrosiva, acompanhado de kit completo de fixação (parafusos, porcas e arruelas), pronto para instalação em veículos automotores.	10
20	Suporte para instalação de extintor veicular de 2 kg, em aço ou material equivalente, com trava de segurança, pintura anticorrosiva, acompanhado de kit completo de fixação (parafusos, porcas e arruelas), pronto para instalação em veículos automotores.	4

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por grupo**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O fornecedor que desejar apresentar proposta para o Grupo 01 deverá efetuar o lançamento da proposta no sistema para TODOS os itens que integram o grupo. O não envio da proposta no sistema para todos os itens ensejará a desclassificação do fornecedor.

1.4. Caso existam divergências entre a descrição contida nos CATMAT/CATSERV e aquelas informadas no Termo de Referência, DEVERÃO SER CONSIDERADAS PELOS PARTICIPANTES AS DESCRIÇÕES CONTIDAS NESTE AVISO DE DISPENSA E SEUS ANEXOS.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal –



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

2.1.1. O compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo compras.gov.br.

2.1.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu (s) anexo (s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam à Contratada.

3.4. As proponentes deverão apresentar prospecto, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto a ser cotado.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.5.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12.1. Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos,



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.4. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.4.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 2% (dois por cento).

4.5. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática, pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.



5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1 contiver vícios insanáveis;

5.6.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3 apresentar preços inexequíveis;

5.6.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

5.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;

5.7.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim, sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6 HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no **ANEXO I** –



DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

6.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.3.1 O prazo para envio de documentação complementar prevista no subitem anterior será de 02 (duas) horas a contar da convocação.

6.3.2 O não envio da documentação no prazo estipulado acarretará a desclassificação do fornecedor.

6.3.3 O prazo estabelecido pelo(a) Agente de Compras poderá ser prorrogado por solicitação do fornecedor devidamente justificada, recebida antes de finalizar o prazo anteriormente estabelecido e, formalmente aceita pelo(a) Agente de Compras.

6.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.7.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.8 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento;

7.2. Como condição para adjudicação/homologação o fornecedor classificado em primeiro lugar deverá realizar Cadastro de Fornecedor junto ao Município;

7.3. O Fornecedor terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da notificação emitida pela Administração, para fazer o Cadastro de Fornecedor (CRC) junto ao Município. Tal cadastro deverá ocorrer através do link <https://www.rioverde.go.gov.br/cadastro-de-fornecedores>. Para maiores informações entrar em contato no Departamento de Cadastro Geral, telefone (64) 3602-8053, em horário de expediente, de segunda a sexta-feira.

8 CONTRATAÇÃO

8.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2 O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

(Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com Aviso de Recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2 O aceite do instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização) poderá se dar na forma eletrônica (via e-mail/sistema/etc.).

8.2.3 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da Nota de Empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9 SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao



funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 02 a 10 % (dois a dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.8 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

10 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1 Republicar o presente Aviso com uma nova data;



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

10.1.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

10.1.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.1.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.12.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

10.12.2 ANEXO II - Termo de Referência

10.12.3 ANEXO III – Planilhas de extintores do 4º BBM

Rio Verde – GO, assinado e datado digitalmente.

**ANDRÉ LUIZ MARTINS FELIPE – TENENTE-CORONEL BM
Ordenador de Despesas**



ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.5 Prova de regularidade com as Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.6 Prova de idoneidade para contratação com órgão público, mediante apresentação de certidão negativas de inidoneidade, através do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

1.7 As proponentes deverão apresentar CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESA HABILITADA A PRESTAR O SERVIÇO DE VENDA DE EXTINTORES NOVOS E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES VÁLIDO FORNECIDO PELO Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - CBMGO (lei 15802, NT 39).



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de **venda, manutenção e recarga de extintores**, por meio de Dispensa Eletrônica, atendendo necessidades do FEMBOM/Rio Verde, conforme condições, quantidade e descrição abaixo relacionados na Tabela 01:

TABELA 01					
grupo	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	01	Recarga de extintor de 6kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 3A20BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	4	110,00	440,00
	02	Recarga de extintor de 6kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 2A20BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	3	110,00	330,00
	03	Recarga de extintor de 6kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 20BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	6	110,00	660,00
	04	Recarga de extintor de 4kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 20BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	2	110,00	220,00
	05	Recarga de extintor de 4kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 2A20BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre,	12	110,00	1320,00



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823– Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 –RioVerde/Goiás
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

	etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.			
06	Recarga de extintor de 12kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 40BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	1	110,00	110,00
07	Recarga de extintor de 6kg de (dióxido de carbono) CO2 com capacidade extintora de 5BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	4	151,67	606,68
08	Recarga de extintor de 4,5kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 4A40BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	1	110,00	110,00
09	Recarga de extintor de 12kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 6A40BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	1	110,00	110,00
10	Recarga de extintor de 8kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 30BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	1	110,00	110,00
11	Recarga de extintor de 8kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 3A40BC, incluindo desmontagem, limpeza interna, substituição da carga, troca de válvula e vedações quando necessário, repressurização, teste de estanqueidade, lacre, etiqueta de manutenção e selo de conformidade, em conformidade com as normas da abnt nbr 12962 e nbr 15808, e com certificação do inmetro.	1	110,00	110,00
12	Teste hidrostático em vasilhame de extintor de incêndio, incluindo desmontagem, limpeza interna, inspeção visual, ensaio hidrostático com pressão de prova, secagem, remontagem, pintura corretiva quando necessário, gravação ou etiqueta de identificação do ensaio, emissão de certificado e selo de conformidade, em conformidade com as normas abnt nbr 12962 e nbr 15808, com empresa certificada pelo inmetro.	25	153,30	3.832,50
TOTAL DE (SERVIÇOS)				7.959,18
13	Extintor veicular de 0,9 kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 1A5BC, novo, com garantia de 5 anos da data de aquisição.	10	151,42	1.514,20



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

14	Extintor veicular de 2 kg de pó químico seco (PQS) com capacidade extintora de 2A10BC, novo, com garantia de 5 anos da data de aquisição.	4	163,33	653,32
15	Extintor de incêndio de 4 kg de pó químico seco (pqs), tipo portátil, pressurizado, com capacidade extintora mínima de 2a:20b:c, com válvula em metal, manômetro, suporte para fixação, lacre e selo de conformidade do inmetro, fabricado e certificado em conformidade com as normas abnt nbr 15808 e nbr 12962, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega, para a carga de pó, e 05 (cinco) anos para o vasilhame.	6	236,67	1420,02
16	Extintor de incêndio de 6 kg de dióxido de carbono (CO2), tipo portátil, pressurizado, com capacidade extintora mínima de 5b:c, com válvula em metal, suporte para fixação, lacre e selo de conformidade do inmetro, fabricado e certificado em conformidade com as normas abnt nbr 15808 e nbr 12962, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega, para a carga de CO2, e 05 (cinco) anos para o vasilhame	1	702,00	702,00
17	Extintor de incêndio de 6 kg de pó químico seco (pqs), tipo portátil, pressurizado, com capacidade extintora mínima de 20b:c, com válvula em metal, manômetro, suporte para fixação, lacre e selo de conformidade do inmetro, fabricado e certificado em conformidade com as normas abnt nbr 15808 e nbr 12962, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega, para a carga de pó, e 05 (cinco) anos para o vasilhame.	3	250,00	750,00
18	Extintor de incêndio de 10 litros de água, tipo portátil, pressurizado, com capacidade extintora mínima de 20b:c, com válvula em metal, manômetro, suporte para fixação, lacre e selo de conformidade do inmetro, fabricado e certificado em conformidade com as normas abnt nbr 15808 e nbr 12962, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega, para a carga de pó, e 05 (cinco) anos para o vasilhame.	1	231,03	231,03
TOTAL (MATERIAL PERMANENTE)				5.270,57
19	Suporte para instalação de extintor veicular de 0,9 kg, em aço ou material equivalente, com trava de segurança, pintura anticorrosiva, acompanhado de kit completo de fixação (parafusos, porcas e arruelas), pronto para instalação em veículos automotores.	10	70,50	705,00
20	Suporte para instalação de extintor veicular de 2 kg, em aço ou material equivalente, com trava de segurança, pintura anticorrosiva, acompanhado de kit completo de fixação (parafusos, porcas e arruelas), pronto para instalação em veículos automotores.	4	70,83	283,32
TOTAL (MATERIAL DE CONSUMO)				988,32
TOTAL (QUATORZE MIL DUZENTOS E DEZOITO REAIS E SETE CENTAVOS)				14.218,07

1.2 O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 14.218,07 (QUATORZE MIL DUZENTOS E DEZOITO REAIS E SETE CENTAVOS)**.

1.3 O valor estimado unitário e total também é o valor máximo para contratação, sendo desclassificado o licitante nos itens/grupo em que seu preço seja superior ao valor máximo orçado pela



Administração.

1.4 O critério de julgamento adotado será o **menor preço por grupo**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5 Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no sistema eletrônico (COMPRAS.GOV) e as especificações constantes deste Aviso, prevalecerão as deste Aviso.

1.6 Deverá ser apresentado, na fase de habilitação, pela arrematante o **Certificado de Credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Goiás** de empresa prestadora de serviço de venda e manutenção de extintores, conforme lei 15802/20026.

1.6.1 A justificativa para exigências de certificado de credenciamento válido junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás – CBMGO pelas empresas interessadas na prestação do serviço de recarga e manutenção de extintores de incêndio justifica-se pela necessidade de assegurar a conformidade técnica, a segurança operacional e o atendimento às normas legais vigentes.

1.6.2 O serviço de recarga e manutenção de extintores enquadra-se como atividade de risco, diretamente relacionada à proteção da vida, do patrimônio público e à segurança contra incêndio e pânico, sendo imprescindível que seja executado por empresa regularmente credenciada e fiscalizada pelo órgão competente, conforme dispõe a Lei Estadual nº 15.802/2006, que institui o Código Estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico e atribui ao CBMGO a competência para normatizar, credenciar, fiscalizar e controlar as atividades relacionadas à segurança contra incêndio no âmbito do Estado de Goiás.

1.6.3 No mesmo sentido, a Norma Técnica nº 39 do CBMGO, que regulamenta especificamente os procedimentos para recarga, inspeção, manutenção e comercialização de extintores de incêndio, estabelece de forma expressa que tais serviços somente podem ser executados por empresas devidamente credenciadas junto ao Corpo de Bombeiros, atendendo aos requisitos de estrutura física, equipamentos, rastreabilidade, controle de qualidade e responsabilidade técnica.

1.6.4 O credenciamento junto ao CBMGO comprova que a empresa atende aos requisitos técnicos mínimos de infraestrutura, equipamentos e processos; possui responsável técnico legalmente habilitado; submete-se à fiscalização periódica do Corpo de Bombeiros; executa os serviços em conformidade com as normas da ABNT aplicáveis, especialmente a NBR 12962 e normas correlatas.

1.6.5 Sob o aspecto jurídico, a exigência encontra amparo no art. 62 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a estabelecer requisitos de habilitação técnica compatíveis com a



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

complexidade e os riscos do objeto, bem como nos princípios da legalidade, eficiência, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa, considerando não apenas o menor preço, mas também a qualidade, segurança e confiabilidade da execução contratual.

1.6.6 Ressalta-se que a exigência de credenciamento não configura restrição indevida à competitividade, uma vez que se trata de **requisito** objetivo, público e acessível a qualquer empresa do ramo, sendo condição legal para o exercício regular da atividade no âmbito do Estado de Goiás, nos termos da legislação estadual e das normas técnicas do CBMGO.

1.6.7 Assim, a exigência do Certificado de Credenciamento junto ao CBMGO é medida indispensável para garantir a legalidade da contratação, a segurança dos usuários, a proteção do patrimônio público e a efetividade do sistema de prevenção e combate a incêndios da Administração Pública.

2 PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS

2.1 Dotações:

2.1.1 0579 – 06.24.06.122.6117.2180.3.3.90.30 MANTER ATIVIDADES FEMBOM – Material de consumo (F/R:100).

2.1.2 0589– 06.24.06.122.6117.2180.4.4.90.52 MANTER ATIVIDADES FEMBOM – Equipamentos e material permanente (F/R:100).

2.1.3 0584 - 04.24.06.122.6117.2180.3.3.90.39. MANTER ATIVIDADES DO FEMBOM - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (F/R:100).

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 2.849, de 25 de agosto de 2022.

2.3 A contratação será formalizada através da Nota de Empenho, pois a entrega do material e serviço será imediata e não haverá obrigação futura, conforme permissivo legal constante do Art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

3.1 O Fundo Especial Municipal para Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás/Rio Verde – FEMBOM/Rio Verde justifica a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **venda, manutenção, inspeção, teste hidrostático, recarga e certificação de extintores de incêndio**, visando atender necessidade do 4º BBM e 2º CRBM.

3.2 Esclarece-se que é imprescindível a manutenção periódica dos extintores de incêndio e aquisição de novos



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

extintores para suprir as necessidades tanto do serviço operacional (utilização em princípios de incêndio em ocorrências), quanto da administração, visando manter a segurança preventiva de suas instalações e viaturas, conforme estabelecido pelas **normas técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, pelas normas da ABNT (especialmente a NBR 12962, NBR 15808 e NBR 15809)**, bem como pelas legislações vigentes de segurança contra incêndio e pânico, como condição essencial para a regularidade das edificações públicas e para a proteção da vida e do patrimônio e serviço de combate a incêndio do 4º BBM.

3.3 A presença de extintores em perfeito estado de funcionamento constitui requisito básico e obrigatório nos sistemas preventivos de combate a incêndio, sendo dispositivos fundamentais para a resposta inicial em situações emergenciais. A ausência de manutenção adequada, recarga dentro do prazo de validade ou certificação compromete diretamente a eficácia do equipamento, elevando os riscos de falhas operacionais em situações críticas.

3.4 Os serviços de manutenção e recarga garantem que os extintores estejam devidamente pressurizados, com carga correta, componentes íntegros, lacres e selos de conformidade válidos, assegurando o atendimento aos padrões técnicos exigidos e a confiabilidade dos equipamentos em caso de necessidade real de uso.

3.5 A indisponibilidade, vencimento de validade ou irregularidade dos extintores pode acarretar **interdições administrativas, reprovação em vistorias técnicas, responsabilização civil e administrativa da gestão pública**, além de expor servidores, usuários e o patrimônio público a riscos elevados, configurando grave prejuízo à segurança institucional.

3.6 Dessa forma, a contratação de empresa especializada para venda, manutenção e recarga de extintores configura-se como medida **essencial, contínua e estratégica**, indispensável para assegurar a conformidade normativa, a prevenção de sinistros, a proteção da vida, a preservação do patrimônio público e a continuidade segura das atividades desenvolvidas pelo 4º Batalhão Bombeiro Militar, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, segurança e continuidade do serviço público.

3.7 A Justificativa dos quantitativos é conforme o ANEXO III, onde é possível visualizar a quantidade de extintores existentes, a quantidade necessária para aquisição para suprir a demanda em 2026 tanto para o serviço operacional, segurança predial, veicular e quanto para instruções com o bombeiro mirim. O 4º Batalhão possui **17 extintores prediais instalados, 11 extintores prediais no almoxarifado, 7 extintores prediais nos veículos operacionais**. Dos extintores veiculares 11 estão nos veículos e 3 no almoxarifado. Conforme anexo III dos extintores prediais **36 precisam de recarga e desses 16 precisam ainda de teste hidrostático**. Dos extintores veiculares não é vantajoso para a administração a recarga devido a garantia ser de 1 ano, e o valor praticamente igual a aquisição do extintor novo e com garantia de 5 anos. Vale destacar que os 11 extintores reserva no almoxarifado



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

não foram suficientes para suprir a demanda do serviço operacional e das instruções dos bombeiros mirins. Para suprir essa demanda será adquirido 10 extintores novos diversos conforme o anexo III, para garantir tanto o serviço operacional quanto a demanda da instrução com os bombeiros mirins.

3.8 A presente contratação não está vinculada nem depende de outro processo de aquisição ou prestação de serviços para produzir seus efeitos.

3.9 Declara-se que não houve, no presente exercício financeiro, contratação de objeto similar que, somada, ultrapasse o limite legal para dispensa de licitação, inexistindo fracionamento indevido de despesa, nos termos do art. 75, §1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

3.10 A referida Dispensa de Licitação Eletrônica encontra guarida legal na Lei 14.133/2021, através do seu Art. 72, Inciso II, por estar abaixo do valor definido através do Decreto Federal n. 11.871/2023 e em conformidade com o Decreto Municipal n. 806/2023, que regulamenta a dispensa eletrônica no Município, em razão do valor, entre outras hipóteses de uso. Além do que, não há motivo para licitar, conforme retro justificado, até mesmo porque, a licitação, nesse caso, se tornaria mais onerosa ao erário público, uma vez que teríamos que publicar o certame licitatório em jornal de grande circulação e diário oficial, sem dizer que a presente aquisição e prestação de serviço demandaria um tempo maior para se concretizar devido aos prazos legais serem maiores que os previstos na Dispensa Eletrônica, o que vai contra o interesse da Administração nesse momento.

3.11 A Lei nº 14.133/2021 traz disciplina específica em relação à instrução dos processos de contratação direta, no seu art. 72. Ao se referir ao “estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo”, emprega a expressão “se for o caso”. Ou seja, é possível entender que nem todo processo de contratação direta necessitará de um estudo técnico preliminar. A Instrução Normativa nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, traz a seguinte previsão no seu art. 14:

Art. 14. A elaboração do ETP:

I – é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.12 Temos ainda o Decreto Municipal nº 807/2023, que regulamenta o Estudo Técnico Preliminar – ETP no âmbito municipal, em seu artigo 11, que traz o seguinte:



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

Art.11. A elaboração do ETP: I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021 e na contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, independente da forma de contratação.

3.13 Logo, ao que tudo indica, em função do baixo valor envolvido (eventualmente, também, simplicidade de obrigações) e, em algumas situações, também da dificuldade de instruir processos em contratações emergenciais/contextos assemelhados, o legislador relativizou o dever pertinente.

3.14 Ressalta-se que a Dispensa Eletrônica possibilita ampla participação de fornecedores, assemelhando-se a um “minipregão”, garantindo competitividade, seleção da proposta mais vantajosa e racionalização dos custos administrativos.

3.15 As especificações técnicas do objeto foram definidas de forma objetiva e proporcional às reais necessidades da Administração, sem exigências excessivas, irrelevantes ou restritivas à competitividade, em observância ao art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.16 À luz do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, não se vislumbram impactos ambientais relevantes decorrentes desta contratação, considerando tratar-se de prestação de serviços técnicos de natureza intelectual, sem geração significativa de resíduos ou consumo expressivo de recursos naturais.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 A solução para atendimento à demanda da Administração compreende a contratação de empresa para fornecimento do serviço, objeto do presente procedimento.

5 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por ser uma prestação de serviço comum, uma vez que o objeto é de baixo risco.



6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GARANTIA

6.1 Condições de Entrega

6.2 O fornecimento dos objetos, deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir a data do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo FEMBOM/Rio Verde.

6.3 No ato da entrega, a contratada deverá exigir o carimbo e assinatura do responsável pelo recebimento do serviço.

6.4 Durante a realização dos serviços de manutenção, inspeção, teste, recarga ou quaisquer procedimentos que impliquem a retirada temporária dos extintores de incêndio das dependências do FEMBOM/Rio Verde, a **empresa contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional, extintores substitutos**, em quantidade e com características técnicas compatíveis com os equipamentos retirados, garantindo a manutenção integral das condições mínimas de segurança contra incêndio e pânico até a conclusão dos serviços e a devolução dos extintores originais.

6.5 Os extintores substitutos deverão estar **devidamente carregados, dentro do prazo de validade, certificados e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis**, especialmente as normas da ABNT e do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, sendo de inteira responsabilidade da contratada a integridade, funcionamento e regularidade dos equipamentos disponibilizados temporariamente.

6.6 A contratada responderá pela qualidade dos serviços oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam.

6.7 Caso o serviço/produto não corresponda ao exigido no presente termo, e nos casos de inadequações das condições de entrega, o fornecedor deverá providenciar sua reposição, no prazo de 02 (dois) dias, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas em lei

6.8 Garantia dos Objetos

6.8.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário: **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).**

6.8.2 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

7 MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 As contratações oriundas das Dispensas Eletrônicas serão formalizadas pela emissão de Nota de Empenho, a qual será encaminhada ao adjudicatário.

7.2 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.3 Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Recebimento do Objeto

8.1.1 Provisoriamente: de forma sumária, a partir da entrega, juntamente com a Nota Fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta;

8.1.2 Definitivamente: pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta, e sua consequente aceitação que se dará até 02 (dois) dias úteis do recebimento provisório;

8.1.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

8.1.4 A administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas;

8.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

8.1.6 O prazo para a solução, pelo fornecedor, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa não será computado para os fins do recebimento definitivo;

8.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

8.1.8 Em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta Hipótese, o item, objeto deste Termo de Referência, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo de 30 (trinta) dias, quando se realizarão novamente as verificações em conformidade com as exigências deste Termo de Referência.

8.2 Forma de Pagamento

8.2.1 A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, correspondente à entrega dos materiais recebidos, que será atestada pelo Secretário ou servidor expressamente designado;

8.2.2 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após o cumprimento do subitem 8.2.1;

8.2.3 A liberação do pagamento ficará condicionada à consulta prévia ao sistema de cadastro de fornecedores da Prefeitura para verificação da situação da contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo;

8.2.4 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão devolvidos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da CONTRATADA;

8.2.5 Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por culpa exclusiva da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro rata tempore” do INPC;

8.2.6 Nenhum pagamento será efetuado ao (à) CONTRATADO (A) enquanto pendente de liquidação,



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

8.2.7 Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

8.2.7.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e Decreto Municipal nº 1.496/2023;

8.2.7.2 Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 210, de 17 de outubro de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

8.2.7.3 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com o Código Tributário Municipal (Lei nº 5.727/2009 e alterações), Decretos e Atos Normativos Municipais.

8.2.8 Dúvidas sobre retenção de tributos na fonte, podem ser esclarecidas no canal de atendimento da Secretaria da Fazenda, através do e-mail: sefaz_retencoes@rioverde.go.gov.br

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

9.2 As exigências de habilitação econômico-financeira, técnica, jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Efetuar a entrega dos produtos nas condições estipuladas, no prazo e local indicados pela Administração em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da Proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal;

10.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com o Código de



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir ou remover, às suas expensas produtos com avarias ou defeitos;

10.4 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5 Atender às determinações regulares emitidas por servidor da Administração ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.6 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

10.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;

10.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto;

10.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.11 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

10.12 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor da contratante encarregado de acompanhar a execução do objeto prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas;



10.13 Cumprir, durante todo o período de execução do objeto, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação direta.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Fornecedor, de acordo com este Aviso e seus anexos;

11.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor;

11.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

11.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Caso a CONTRATADA não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, ou fraude, por qualquer meio, a presente contratação, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da Administração:

12.2.1 Advertência;

12.2.2 Multa:

- Moratória de 02 a 10 % (Dois a Dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- Compensatória de até 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.2.3 Impedimento de licitar e contratar;

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

12.3 A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7 A aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 a 12.2.4 deverá observar os seguintes fatores



no caso concreto:

- a) danos causados à Administração Pública ou à prestação do serviço público;
- b) circunstâncias agravantes e atenuantes;
- c) funções social e econômica da empresa.

12.8 Constituem circunstâncias agravantes, entre outras previstas no edital de licitação ou no contrato administrativo:

- a) reincidência, verificada a partir de identificação em cadastro oficial, de sanção aplicada ao licitante ou contratado por conduta idêntica ou mais grave que aquela sob apuração, nos doze meses que antecederem o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) não atendimento às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
- c) ausência de resposta às notificações e às solicitações dirigidas ao licitante ou contratado pela unidade gestora ou fiscalizadora do contrato.

12.9 Constituem circunstâncias atenuantes, entre outras:

- a) o licitante ou o contratado, por sua espontânea vontade, após detectada a irregularidade, ter procurado evitar ou minorar, com eficiência, as consequências do problema ou reparar o dano;
- b) a conduta praticada ser decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais o licitante ou o contratado não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação.

12.10 Quando a ação ou omissão do licitante ou contratado ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comine a sanção mais grave.

12.11 A aplicação das sanções administrativas acima previstas não exclui outras penalidades previstas na legislação vigente, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal do agente envolvido.

12.12 A dosimetria das sanções previstas nos itens 12.2.1 a 12.2.4 deve considerar, além dos princípios relacionados no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes aspectos:

- a) a importância da preservação da empresa e o reconhecimento de sua relevante função social;
- b) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- c) as peculiaridades do caso concreto;
- d) a constatação de que a prática de atos ilícitos por parte de licitantes e contratados gera ineficiência ao desenvolvimento dos trabalhos e à rotina da administração municipal, com



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

consequentes prejuízos ao erário;

e) o caráter pedagógico da sanção e o respectivo impacto positivo sobre licitações e contratações futuras;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento do programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

g) a manutenção do emprego dos trabalhadores.

12.13 As infrações administrativas de que tratam os subitens “b” a “g” do item 12.1 serão punidas com a sanção de impedimento de licitar e contratar na seguinte graduação:

a) de três meses a dois anos, na hipótese de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à administração municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) de seis meses a três anos, na hipótese de dar causa à inexecução total do contrato;

c) de dois meses a seis meses, na hipótese de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) de dois meses a um ano, na hipótese de não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) de seis meses a um ano, na hipótese de não celebrar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços ou de não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da respectiva proposta;

f) de três meses a um ano, na hipótese de ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.14 Caso as infrações administrativas a que se refere o item 12.13 implicarem danos financeiros significativos para a administração municipal, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na seguinte graduação:

a) de três a cinco anos, na hipótese de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) de quatro a seis anos, na hipótese de dar causa à inexecução total do contrato;

c) de três a quatro anos, na hipótese de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) de três a quatro anos, na hipótese de não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

e) de três a quatro anos, na hipótese de não celebrar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços ou de não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da respectiva proposta;

f) de três a cinco anos, na hipótese de ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.15 As infrações administrativas de que tratam os subitens “h” a “l” do item 12.1 serão punidas com a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na seguinte gradação:

a) de três a quatro anos, na hipótese de apresentar declaração ou documentação falsas exigidas no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) de quatro a seis anos, na hipótese de fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) de três a quatro anos, na hipótese de comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza;

d) de três a cinco anos, na hipótese de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) de quatro a seis anos, na hipótese de praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.16 Aplica-se ainda o previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Edital.

Rio Verde, assinado e datado digitalmente.

ANDRÉ LUIZ MARTINS FELIPE – TENENTE-CORONEL BM
Ordenador de Despesas



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprsbombeirosrv@gmail.com

ANEXO III

EXTINTORES PARA RECARGA (PREDIAL)

LOCAL	QTD	TIPO	PESO KG
ALMOXARIFADO	2	3A20BC	6
ALMOXARIFADO	1	20BC	4
ALMOXARIFADO	1	40BC	12
ALMOXARIFADO	1	5BC (CO2)	6
ALMOXARIFADO	1	20BC	6
ALMOXARIFADO	1	4A40BC	4,5
ALMOXARIFADO	4	2A20BC	4
GARAGEM OPERACIONAL	1	30BC	8
GARAGEM OPERACIONAL	1	3A40BC	8
PISCINA	1	5BC (CO2)	6
GARAGEM MOTO	1	20BC	6
GARAGEM ADMINISTRATIVA	2	3A20BC	6
SALA EPI	1	5BC (CO2)	6
SECIPI	1	2A20BC	4
CORREDOR ALOJAMENTOS	2	2A20BC	4
SALA SERVIÇO DE DIA	1	20BC	6
SAAD/COMANDO	1	2A20BC	4
Seção do almoxarifado	1	2A20BC	4
2º CRBM	2	20BC	6
2º CRBM	1	2A20BC	6

TOTAL DE 20 BC DE 4KG	1
TOTAL DE 2A20BC DE 4KG	9
TOTAL DE 5BC (CO2)	3
TOTAL DE 40BC 12 KG	1
TOTAL DE 4A40BC 4,5	1
TOTAL 3A20BC DE 6KG	4
TOTAL DE 20BC DE 6KG	4
TOTAL DE 3A40BC DE 8KG	1
TOTAL DE 40 BC DE 12 KG	1
TOTAL DE 30 BC 8 KG	1
TOTAL DE 2A20BC DE 6KG	1
TOTAL	27
TOTAL DE TESTE HIDROSTÁTICO	23



**FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE
BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIÁS/RIO VERDE
FEMBOM/RIO VERDE**

Rua Dário Alves de Paiva n. 1.823 – Jardim Goiás,
CEP: 75903-390 – Rio Verde/Goias
FONE: (64) 3620-0931
Site: www.rioverde.go.gov.br
e-mail: comprasbombeirosrv@gmail.com

**EXTINTORES PARA RECARGA
(VEÍCULAR)**

VIATURA	QTD	TIPO	PESO KG
ABTS 26	1	5BC (CO2)	6
ABTS 26	1	6A40BC	12
ABTS16	1	20BC	6
ABTS 16	1	2A20BC	6
ur 241	1	2A20BC	4
UR 264	1	2A20BC	4
UR 264	1	20BC	4
UR 290	1	2A20BC	4
AT 17	1	2A10BC	2
ATP 13	1	2A10BC	2

TOTAL DE 20BC DE 4KG	1
TOTAL DE 5BC (CO2)	1
TOTAL DE 2A20BC DE 4KG	3
TOTAL DE 20BC DE 6KG	1
TOTAL DE 2A20BC DE 6KG	1
TOTAL DE 1A10BC DE 2KG	2
TOTAL DE 6A40BC DE 12KG	1
TOTAL	10
TOTAL DE TESTE HIDROSTÁTICO	2